

São Paulo

DATA MERCANTIL

R\$ 2,50

Quarta-feira, 12 de abril de 2023

Edição N° 770

datamercantil.com.br

Bolsa tem maior alta diária em seis meses e dólar fecha a R\$ 5 com inflação abaixo do esperado

A inflação de março, abaixo do esperado pelos economistas, fez a Bolsa disparar na terça-feira (11). O Ibovespa teve sua maior alta diária em mais de seis meses, com os analistas enxergando uma porta para um corte de juros pelo BC com os preços em desaceleração.

O Ibovespa fechou em alta de 4,29%, a 106.213 pontos. É o maior avanço diário do índice desde o dia 3 de outubro de 2022, dia seguinte ao primeiro turno da eleição presidencial, segundo levantamento feito pela plataforma TradeMap.

O dólar comercial à vista caiu 1,16%, a R\$ 5,007. Esta é a menor cotação de fechamento para a moeda americana

na frente o real desde junho de 2022.

Nos mercados futuros, os juros também reagiram à inflação. Nestas negociações, o mercado tenta antecipar o comportamento da Selic nos próximos anos, de acordo com o vencimento de cada contrato.

Nos contratos para janeiro de 2024, a taxa passou dos 13,22% do fechamento da segunda-feira (10) para 13,14%. No vencimento em janeiro de 2025, os juros recuaram de 11,99% para 11,78%. Para janeiro de 2027, os juros caíram de 11,98% para 11,75%.

O índice oficial de inflação do Brasil teve pressão da gasolina em março, mas desacelerou a alta para 0,71%, após avanço

de 0,84% em fevereiro.

É o que apontam os dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgados na terça-feira (11) pelo IBGE.

Com o novo resultado, o IPCA acumulou inflação de 4,65% em 12 meses o avanço era de 5,60% até fevereiro. Trata-se do menor nível desde janeiro de 2021, quando o índice estava em 4,56%.

Alexandre Maluf, estrategista Macro da XP Investimentos, afirma que a surpresa positiva não veio só do índice cheio. “A média dos núcleos de inflação ficou em 0,36%, abaixo da nossa projeção de 0,44% na variação mensal”, diz Maluf.

Renato Carvalho/Folhapress



Economia



Gasolina tem maior inflação em dois anos; alimentos caem após cinco altas

Página - 03

Para analistas, Brasil pode pegar carona em ciclo da China e se reindustrializar

Página - 03



Por que o Google aposta no Brasil como um dos principais mercados para sua carteira digital?

Página - 12

Light entra na Justiça para suspender pagamento de dívidas

Página - 12



Política

Ao FMI, Haddad defende redução de juros no Brasil e se compromete com responsabilidade fiscal

Página - 04

Acordo do ICMS deverá aumentar em R\$ 3 bi dívida de SP com a União

Página - 04

No Mundo

Brasileiras que tiveram malas trocadas por bagagem com droga conseguem liberdade



As brasileiras Kátyna Baía, 44, e Jeanne Paolini, 40, serão soltas na Alemanha nesta terça-feira (11) após passarem mais de um mês presas. Elas tiveram a identificação da mala trocada e foram presas em Frankfurt sob a acusação de levar 40 kg de cocaína na bagagem. O pedido de soltura foi feito pelo Ministério Público alemão.

Investigações da Polícia Federal apontaram que elas foram vítimas de uma quadrilha que trocava bagagens no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. Um dia antes do embarque das brasileiras, o mesmo golpe havia sido aplicado em uma

mala que iria para a França.

“O Ministério Público, como era nossa estratégia, pediu a soltura delas, devem sair a qualquer momento”, disse a advogada Chayane Kuss, que defende Kátyna e Jeanne na Alemanha. Ela disse, ainda, que o pedido de soltura feito pelo MP alemão e que a ordem de soltura encaminhada pelos promotores ao presídio são feitos inéditos no país.

A dupla foi presa em 5 de março. Nesta terça, Lorena Baía, irmã de Kátyna, e Valéria Paolini, mãe de Jeanne, seguem para a Alemanha, junto com a advogada de defesa no Brasil, Luna Provázio.

Ela afirmou na segunda (10), que a prioridade era

uma reunião da família, para depois acompanhar o processo junto com o consulado brasileiro em Frankfurt, onde elas estavam presas, e a equipe de defesa local.

Para o delegado Bruno Gama, responsável na Polícia Federal de Goiás pela investigação que prendeu seis pessoas envolvidas no golpe em Guarulhos, o caso de Paris, executado da mesma forma, com a troca de etiquetas, reforça a inocência de Kátyna e Jeanne. Para ele, as diferenças nas malas também são provas importantes. “As bagagens remetidas por elas aqui em Goiânia eram diferentes das apreendidas na Alemanha em cor e peso”.

Folhapress

Egito planejou vender armas para Rússia em segredo, diz jornal

O Washington Post revelou na terça-feira (11) a existência de um documento que supostamente evidencia planos do Egito de fornecer foguetes e munição para a Rússia no contexto da invasão da Ucrânia.

Analistas e políticos ouvidos pelo jornal americano afirmam que a informação pode pôr em risco a relação dos Estados Unidos com o país do Oriente Médio um grande aliado deles na região, em parte devido a seu tradicional papel de mediação no conflito entre Israel e Palestina.

O arquivo em questão é datado de 17 de fevereiro e integra a leva de documentos do Pentágono vazados entre fevereiro e março deste ano em fóruns online. Ele resume supostos diálogos em que o líder egípcio, Abdel Fattah al-Sisi, orienta uma autoridade militar a manter a produção e a remessa de mísseis para Moscou em segredo “para evitar problemas com o Ocidente”.

Questionado pelo Washington Post sobre a veracidade da conversa que o documento descreve, Ahmed Abu Zeid, porta-voz do Ministério de Relações Exteriores egípcio, afirmou que a nação busca desde o princípio não se envolver na Guerra da Ucrânia ao mesmo tempo em que reitera continuamente seu comprometimento com as diretrizes da legislação internacional.

Já um membro do governo americano que não se identificou afirmou que o plano de exportação de foguetes para a Rússia descrito no relatório não foi executado, até onde se sabe. Contatada, a porta-voz do Pentágono, Sabrina Singh, reforçou que o Departamento de Justiça americano abriu uma investigação para determinar a origem do vazamento dos arquivos. As autoridades comprovaram que os relatórios são fidedignos, mas indicaram que eles podem ter sido adulterados de modo a inflacionar o poderio militar russo.

Folhapress

Protesto contra reforma da Previdência na Holanda interrompe discurso de Macron



A insatisfação com a reforma da Previdência da França acompanhou o presidente do país, Emmanuel Macron, em sua viagem oficial à Holanda nesta terça-feira (11). O líder fazia um discurso no Instituto Nexus, em Haia, quando foi interrompido por manifestantes aos gritos --mais cedo, ele já tinha sido confrontado com opositores em frente ao palácio real.

Macron competiu por minutos com a plateia até ser ouvido. Na arquibancada, alguns exibiam uma faixa com o dizer “presidente da violência e hipocrisia”, enquanto uma multidão questionava “onde

está a democracia francesa?”.

O presidente francês respondeu à pergunta. “Quando se vota e se elege alguém, a contraparte é que é preciso respeitar as instituições em que essas pessoas atuam. No dia em vocês considerarem que quando se discorda da lei, pode-se fazer tudo o que quiser, a democracia estará em risco”, afirmou no palco.

Só então ele conseguiu iniciar sua fala --sobre a “autonomia estratégica” da Europa, tema de uma polêmica entrevista dele publicada no dia anterior nos veículos Les Echos e Politico em que ele defendia a independência do continente frente a disputa

entre China e Estados Unidos.

Países do Leste Europeu, muitos dos quais fazem fronteira com a Rússia, encaram o argumento com desconfiança, embora Paris insista que o movimento é complementar à união militar promovida dentro do âmbito da Otan.

Macron está na Holanda para uma visita oficial de dois dias. De manhã, ele e a primeira-dama francesa, Brigitte, foram recebidos com honras militares e hinos nacionais pelo rei, Willem-Alexander, e sua esposa, Maxima. O casal real ainda oferecerá um jantar de Estado aos franceses à noite.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Gasolina tem maior inflação em dois anos; alimentos caem após cinco altas



Encher o tanque do carro custou mais para o brasileiro em março, enquanto preparar uma refeição em casa, dependendo dos ingredientes escolhidos, pode ter saído mais em conta do que em fevereiro.

É o que sinalizam os dados do IPCA divulgados na terça-feira (11) pelo IBGE. O índice oficial de inflação subiu 0,71% no mês passado.

A gasolina, por sua vez, avançou 8,33% no mesmo período. Com isso, o combustível respondeu pelo principal impacto individual (0,39 ponto percentual) no IPCA de março. A alta de 8,33% é a maior para o combustível em dois anos, desde março de 2021 (11,26%). De acordo com o IBGE, o resultado reflete o retorno parcial da cobrança de tributos federais. A medida entrou em vigor no

mês passado e também atingiu o etanol. A alta nos preços do etanol foi de 3,20%. Trata-se do maior avanço desde novembro de 2022 (7,57%).

“Os resultados da gasolina e do etanol foram influenciados principalmente pelo retorno da cobrança de impostos federais no início do mês, estabelecido pela Medida Provisória 1.157/2023”, disse André Almeida, analista da pesquisa do IBGE.

Apesar da pressão da gasolina, o IPCA desacelerou em termos gerais. A alta de 0,71% ficou abaixo do avanço de 0,84% registrado em fevereiro. O comportamento de parte dos alimentos é um dos fatores citados por economistas para explicar a trégua do índice. Em março, a alimentação no domicílio teve queda (deflação) de 0,14%. Foi a primeira baixa após cin-

co meses em alta - o último recuo havia sido em setembro de 2022 (-0,86%).

Entre os alimentos, houve queda nos preços da batata-inglesa (-12,80%) e do óleo de soja (-4,01%).

Também foram registrados recuos em produtos como cebola (-7,23%), tomate (-4,02%) e carnes (-1,06%). Do lado dos avanços, o IBGE destacou a cenoura (28,58%) e o ovo de galinha (7,64%).

No cálculo do IPCA, a alimentação no domicílio integra o grupo alimentação e bebidas, que desacelerou a alta para 0,05% em março, após subir 0,16% em fevereiro.

“Pelo lado positivo, um dos destaques ficou por conta de alimentação e bebidas. O grupo possui o maior peso e avançou somente 0,05%”, disse em relatório o banco Original. Leonardo Vieceli/Folhapress

Custos da construção variam 0,20% em março

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi) variou 0,20% em março, ficando 0,12 ponto percentual abaixo de fevereiro (0,08%). No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa é de 9,06%, abaixo dos 9,92% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em março de 2022, o índice foi de 0,99%.

O dado foi divulgado nesta terça-feira (11) pelo IBGE.

Segundo o levantamento, o custo nacional da construção, por metro quadrado, que em fevereiro fechou em R\$ 1.685,74, passou em março para R\$ 1.689,13, sendo R\$ 1.002,60 relativos aos materiais e R\$ 686,53 à mão de obra. A parcela dos materiais apresentou variação de 0,07%, caindo 0,03 ponto percentual em relação ao mês anterior (0,10%). De acordo com o IBGE, a taxa segue a tendência de estabilidade observada nos índices desde outubro do ano passado. Considerando o índice de março de 2022 (0,48%), houve queda de 0,41 ponto percentual. “No caso dos materiais, captamos, de forma

mais significativa e abrangente, desde outubro de 2022, quedas nos insumos do segmento de aço”, disse, em nota, o gerente da pesquisa Augusto Oliveira.

Já a mão de obra, com taxa de 0,40%, registrou alta de 0,36 ponto percentual em relação ao mês de fevereiro (0,04%). Com relação a março de 2022, houve queda de 1,35 ponto percentual (1,75%). Conforme Oliveira, verifica-se uma estabilidade que vem ocorrendo desde o ano passado. A parcela dos materiais tem sido menos impactada por eventos externos como a pandemia de covid-19.

“Alguns estados apresentaram queda nos custos, outros já apresentaram este cenário em meses anteriores. No Sudeste, há estados com variações negativas, um muito próximo da estabilidade, como Minas Gerais, com uma taxa negativa de 0,02%. Já o Rio de Janeiro, apresentou uma queda mais intensa no custo, registrando uma taxa de 0,22%, influenciada por uma taxa negativa da parcela dos materiais de 0,69%”, afirmou o gerente.

Ana Cristina Campos/ABR

Para analistas, Brasil pode pegar carona em ciclo da China e se reindustrializar



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa aperfeiçoar a parceria do Brasil com a China nos próximos anos, caso o país queira aproveitar o momento atual da economia chinesa, de crescimento baseado em setores de ponta, segundo a visão de especialistas ouvidos pela reportagem.

No início de março, a China estabeleceu uma meta de cerca de 5% para o crescimento econômico em 2023. É a menor em mais de três décadas, e a economia chinesa já havia tido um desempenho mais fraco, crescendo 3%, no ano passado após ser pressionada por três anos de uma política dura de controle da Covid-19.

O governo chinês reforçou a necessidade de estabilidade econômica e expansão

do consumo, definindo uma meta de criar cerca de 12 milhões de empregos nos centros urbanos neste ano, acima da meta do ano passado (de 11 milhões) e alertou para os riscos que permanecem presentes no setor imobiliário.

Para Elias Jabbour, professor da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e especialista em China, a meta mais modesta não é um sinal negativo, e um país com as dimensões chinesas mirar em um crescimento na casa dos 5% traz certezas em um momento incerto para a economia mundial.

“O crescimento vai ser menor, mas isso não vai se refletir em queda de investimentos ou de produtividade do trabalho. É menor do ponto de vista quantitativo, não qualitativo”, diz. Os resultados maiores vão ser substituí-

dos por um crescimento mais sustentável, amparado em transição energética, investimento em setores de altíssima tecnologia e voltado para a distribuição de renda, diz.

Jabbour, que é autor do livro “China: o Socialismo do Século 21”, argumenta que os chineses construíram um arcabouço financeiro e comercial que permite que o país possa escolher quanto e quando crescer e que o Brasil pode aprender a mobilizar sua inteligência usando a capacidade da China.

No mês passado, o presidente Lula viajaria para a China, em visita ao líder chinês, Xi Jinping. Lula, no entanto, desmarcou a viagem, após ser diagnosticado com uma pneumonia. O Palácio do Planalto remarcou a ida do mandatário ao país para esta terça-feira (11). Douglas Gravass/Folhapress

Política

Ao FMI, Haddad defende redução de juros no Brasil e se compromete com responsabilidade fiscal



Em comunicado ao FMI, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu sua proposta de arcabouço fiscal, afirmou que o Brasil tem compromisso com a estabilidade macroeconômica e disse que, com a inflação controlada, há espaço para reduzir a taxa de juros.

Em meio a disputas com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre a manutenção da Selic em patamar elevado, Haddad defende no texto que “bancos centrais em economias avançadas devem continuar a calibrar sua postura de política monetária para combater a inflação persistentemente alta”, com pressão prolongada especialmente no setor de

serviços. Ele faz a ressalva, porém, que “taxas de juros mais altas por mais tempo aumentarão as vulnerabilidades do setor financeiro.”

Ao defender a agenda econômica do novo governo Lula da Silva, o ministro cita o aperto na política monetária no Brasil no começo de 2021, adotada ainda na gestão de Paulo Guedes na Economia, com os sinais de que a pressão inflacionária seria persistente.

“Depois de atingir mais de 12% no início de 2022, a taxa de inflação caiu pela metade e é comparativamente mais baixa do que na maioria das economias avançadas”, afirma.

Haddad destaca então que, em função disso, o crédito contraiu e a atividade econômica se enfraqueceu, mas

que no próximo ano, com melhora no cenário macroeconômico geral, o crescimento seja moderado. Na expectativa do mercado, a inflação cairá gradualmente para 4% em 2024, diz o texto o FMI projeta 4,8%.

Com mais confiança no quadro fiscal e a expectativa de inflação próxima da meta no horizonte, “haverá espaço para acomodação na política de juro”, disse.

O comunicado foi enviado na segunda (10), em meio às reuniões de primavera do FMI e do Banco Mundial, que reúnem autoridades econômicas de todo o mundo em Washington. Haddad não foi ao evento, porque integra a comitiva presidencial que foi à China.

Thiago Amâncio/Folhapress

Acordo do ICMS deverá aumentar em R\$ 3 bi dívida de SP com a União



O acordo firmado no mês passado entre o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os estados para compensação de perdas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) deverá resultar em um aumento de R\$ 3 bilhões na dívida de São Paulo com a União.

Esse é o valor aproximado que o estado economizou, após liminar concedida em dezembro do ano passado pelo ministro Alexandre de Moraes (STF) nos últimos dias do governo Rodrigo Garcia (PSDB).

A decisão permitia que as parcelas da dívida de São Paulo com a União fossem amortizadas, como compensação pelas perdas causadas pela re-

Publicidade Legal

FC0421 Empreendimentos e Participações S.A.

(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações realizada em 23 de janeiro de 2023
Data, Hora e Local: 23/01/2023, às 15:00 horas, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **Quórum de Instalação:** Verificou-se a presença dos Acionistas Fundadores da Sociedade. **Mesa:** Srta. Helena Cardoso Cunha, Presidente e Roberta Godoy Fauth, Secretária. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (a) constituir a **FC0421 Empreendimentos e Participações S.A.**, com sede nesta Capital, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição; (b) fixar o capital social da Companhia em R\$ 100,00 dividido em 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e totalmente integralizadas, nesta data. (c) aprovar o Estatuto Social da Companhia; (d) aprovar que esta ata seja lavrada em forma de sumário; (e) eleger para compor a Diretoria com mandato que vigorará até a sua destituição ou posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2024: **Roberta Godoy Fauth**, RG nº 1060453592 SSP/RS, CPF/ME nº 997.238.240-00; e **Helena Cardoso Cunha**, RG nº 44.011.495-0 SSP/SP, CPF/ME nº 439.287.248-35, para o cargo de diretoras sem designação específica. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenadas a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata. São Paulo, 23/01/2023. (ass.) **Helena Cardoso Cunha** – Presidente da Assembleia; **Roberta Godoy Fauth** – Secretária da Assembleia. Visto da Advogada: **Roberta Godoy Fauth** – OAB/SP nº 36.392. **Acionistas:** **Helena Cardoso Cunha; Fram Capital Core Participações S.A. (Anexo I) Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo Primeiro.** A FC0421 Empreendimentos e Participações S.A., é uma sociedade anônima que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo.** A companhia tem sede e foro nesta Capital, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-904, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo Terceiro.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”). **Artigo Quarto.** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital. Artigo Quinto.** O capital social é de R\$ 100,00, representado por 100 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo totalmente integralizados nesta data. **§ 1º.** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§ 2º.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§ 3º.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo Sexto.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§ 2º.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo Sétimo.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 e no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **§ 1º.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 2º.** A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo Oitavo.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituído pela Assembleia Geral. **Artigo Nono.** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo Décimo.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações “ad judicia”, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo Único.** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo Décimo Primeiro.** Compete à diretoria supervisionar o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo Décimo Segundo.** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Disposições Gerais. Artigo Décimo Terceiro.** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo Décimo Quarto.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo Décimo Quinto.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo Décimo Sexto.** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Décimo Sétimo.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Décimo Oitavo.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Helena Cardoso Cunha** – Presidente da Assembleia, diretora eleita e Acionista; **Roberta Godoy Fauth** – Secretária da Assembleia, diretora eleita. Visto da Advogada: **Roberta Godoy Fauth** – OAB/SP nº 436.392. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.609.191 em 02/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

dução da cobrança de ICMS sobre combustíveis durante o governo Jair Bolsonaro (PL).

Isso evitou que o estado pagasse três parcelas de cerca de R\$ 1 bilhão ao mês entre janeiro e março.

Pelo acordo fechado pelo estado com a União, esse montante deverá ser restituído, por meio do aumento da dívida estadual com o ente federal. No final de 2022, último dado disponível, a dívida estava em R\$ 256 bilhões. Passaria, assim, para cerca de R\$ 259 bilhões, acréscimo de 1,2%.

Haddad anunciou um acordo de devolução de R\$ 26,9 bilhões para repor as perdas do ICMS aos estados, que ainda precisa ser homologado no STF. Ou seja,

ainda pode haver mudanças.

A parcela destinada a São Paulo desta recomposição, segundo o acordo, é de R\$ 3,73 bilhões. As regras preveem que a compensação será distribuída ao longo de três anos: 25% em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025.

Procurada, a Secretaria da Fazenda do estado afirmou apenas que o acordo ainda não foi homologado.

Na mesma linha, o Ministério da Fazenda declarou que a questão ainda se encontra em trâmite judicial. “Dessa forma não é possível fornecer as informações solicitadas, posto que ainda existe a possibilidade de eventuais alterações nos dados”, disse.

Fábio Zanini/Folhapress



Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

Demonstrações Financeiras Referente ao Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares reais)

Demonstrações Financeiras Resumidas em Atendimento no Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: (i) [Jornal "Data Mercantil"](https://datamercantil.com.br/) (<https://datamercantil.com.br/>); (ii) [RI da Companhia](https://interplayers.com.br/): (<https://interplayers.com.br/>); (iii) [CVM](http://www.cvm.gov.br/) (www.cvm.gov.br/).

Balancos patrimoniais Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares reais)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Controladora		Consolidado		Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Circulante					Circulante					Receita operacional líquida	147.114	127.574	203.386	151.022
Caixa e equivalentes de caixa	7.018	3.104	16.728	5.266	Empréstimos e financiamentos	6.734	-	7.081	144	Custo dos serviços vendidos	(78.818)	(61.398)	(113.280)	(81.237)
Contas a receber de clientes	23.256	22.386	35.055	32.138	Arrendamento Mercantil	555	512	820	812	Lucro bruto	68.296	66.176	90.106	69.785
Impostos a recuperar	9.302	3.273	12.489	5.340	Obrigações por aquisições de investimentos	11.966	5.846	11.966	5.846	Despesas gerais e administrativas	(36.082)	(39.140)	(55.241)	(45.242)
Partes relacionadas	2.720	1.017	190	-	Fornecedores e outras contas a pagar	1.840	1.327	1.766	1.309	Despesas comerciais e marketing	(7.596)	(7.199)	(8.424)	(7.522)
Outras contas a receber	739	760	1.860	1.462	Partes relacionadas	15.225	12.666	22.363	17.755	Outras receitas (despesas) operacionais	5.184	(58)	5.214	(102)
Total do ativo circulante	43.035	30.540	66.322	44.206	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.987	2.820	6.042	4.491	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	29.802	19.779	31.655	16.919
Não Circulante					Impostos e contribuições a recolher	281	950	1.685	2.882	Despesas financeiras	(6.681)	(2.869)	(7.400)	(3.011)
Impostos a recuperar	780	606	957	630	Adiantamentos de clientes	5.403	2.735	5.778	3.128	Receitas financeiras	1.126	761	1.451	868
Depósitos judiciais	240	193	3.113	2.911	Dividendos a pagar	52.065	38.865	65.044	50.107	Receitas financeiras líquidas	(5.555)	(2.108)	(5.949)	(2.143)
Ativo fiscal diferido, líquido	4.143	4.438	5.539	5.540	Total do passivo circulante	52.065	38.865	65.044	50.107	Resultado de equivalência patrimonial	(877)	(2.060)	(161)	529
Investimentos	141.325	51.181	4.647	5.198	Não Circulante					Resultado antes dos impostos	23.370	15.611	25.545	15.305
Imobilizado	4.260	3.436	5.734	4.292	Arrendamento Mercantil	3.399	3.526	3.753	3.835	Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	(3.524)	(4.831)	(4.236)	(4.662)
Intangível	38.246	31.054	169.862	79.060	Obrigações por aquisições de investimentos	30.565	23.259	30.565	23.259	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.897	(808)	3.191	(643)
Direito de uso em arrendamento	3.389	3.533	3.912	4.023	Empréstimos e financiamentos	4.722	-	4.871	292	Imposto de renda e contribuição social	(627)	(5.639)	(1.045)	(5.305)
Total do ativo não circulante	192.383	94.441	193.764	101.654	Impostos e contribuições a recolher	646	1.575	646	1.575	Lucro líquido do período	22.743	9.972	24.500	10.000
Total do Ativo	235.418	124.981	260.086	145.860	Provisão para contingências	1.017	1.164	9.080	8.834	Lucro atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	9.972
					Total do passivo não circulante	40.349	29.524	48.915	37.795	Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	1.757
					Patrimônio Líquido					Resultado por ação				
					Capital social	49.348	47.740	49.348	47.740	Resultado por ação - básico (em R\$)	-	-	0,4653	0,1923
					Reserva de capital	68.392	-	68.392	-	Resultado por ação - diluído (em R\$)	-	-	0,4653	0,1923
					Reserva legal	3.009	1.872	3.009	1.872	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>				
					Reserva de lucros	23.184	6.980	23.184	6.980	Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares reais)				
					Resultados abrangentes	(929)	-	(929)	-	Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares reais)				
					Patrimônio líquido	143.004	56.592	143.004	56.592	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
					Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	3.123	1.366	2022	2021	2022	2021	
					Total do Passivo e Patrimônio Líquido	235.418	124.981	260.086	145.860	Resultado líquido do período	22.743	9.972	24.500	10.000
										Outros Resultados abrangentes	(929)	-	(929)	-
										Total de resultados abrangentes	21.814	9.972	23.571	10.000
										<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>				
										Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
										Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
										2022	2021	2022	2021	
										Receitas	157.749	132.666	216.642	157.267
										Vendas de serviços	152.695	132.492	211.498	157.088
										Outras receitas	5.593	28	5.683	33
										Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	(539)	146	(539)	146
										Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, PIS e COFINS)	(37.252)	(38.273)	(47.328)	(44.656)
										Custos dos serviços vendidos	(12.626)	(8.653)	(13.793)	(8.735)
										Material, energia, serviços de terceiros e outros	(23.661)	(28.786)	(32.128)	(34.919)
										Perda / Recuperação de valores ativos	(733)	(481)	(933)	(570)
										Outras	(232)	(353)	(474)	(432)
										Valor adicional bruto	120.497	94.393	169.314	112.611
										Depreciação, amortização e exaustão	(6.695)	(5.215)	(13.005)	(8.254)
										Valor adicionado líquido produzidos pela entidade	113.802	89.178	156.309	104.357
										Valor adicionado recebido em transferência	249	(1.299)	1.291	1.397
										Resultado de equivalência patrimonial	(877)	(2.060)	(161)	529
										Receitas financeiras	1.126	761	1.452	868
										Valor adicionado total a distribuir	114.051	87.879	157.600	105.754
										Distribuição do valor adicionado	(114.051)	(87.879)	(157.600)	(105.754)
										Pessoal	(73.005)	(59.454)	(108.466)	(76.553)
										Remuneração direta	(57.092)	(47.419)	(85.712)	(61.349)
										Benefícios	(11.994)	(8.884)	(17.140)	(11.277)
										FGTS	(3.919)	(3.151)	(5.614)	(3.927)
										Impostos, taxas e contribuições Federais	(11.622)	(15.584)	(17.234)	(16.190)
										Municipais	(28)	(903)	(86)	(942)
										Remuneração de capitais de terceiros	(6.681)	(2.869)	(7.400)	(3.011)
										Juros	(6.681)	(2.869)	(7.400)	(3.011)
										Remuneração de Capitais Próprios	(22.743)	(9.972)	(24.500)	(10.000)
										Lucros retidos / Prejuízo do período	(22.743)	(9.972)	(22.743)	(9.972)
										Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(1.757)	(28)
										<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>				
										Total de ativos identificáveis líquidos				62.056
										Parcela do ágio não alocada - Goodwill				24.337
										Total da contraprestação				86.393
										O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados. Esses benefícios são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis. Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis. Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1) / IAS 38 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:				
										Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização	
										Plataforma	28.377	Royalty rate Method	120 meses	
										Carteira de Clientes	32.395	Multi-Period Excess Earnings Method - ("MPEEM")	134 meses	
										Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio. Saída de caixa líquida na aquisição da RX Tecnologia e Educação S.A. ("Clinicarx"):				
													31-Out-22	
										Preço de aquisição			86.393	
										Parcela retida (i)			(16.393)	
										Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos			1.344	
										Valor da contraprestação entregue em ações da adquirente (ii)			(70.000)	
										Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente			1.344	
										(i) O montante refere-se a parcela retida dos vendedores a qual poderá representar a emissão de novas ações da adquirente em favor dos vendedores até o limite de 3% do capital social da adquirente, mediante o atingimento das métricas contratuais nos exercícios de 2023 e 2024. Nesse caso, o pagamento deverá ocorrer nos anos de 2024 e 2025 e encontra-se reconhecido no passivo não circulante levando em consideração as previsões do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos financeiros - apresentação e também considerou o CPC 41 / IAS 33 - Resultado por Ação. Vide nota explicativa 14. (ii) O valor das contraprestações foi liquidado pela emissão de ações da Companhia. Esta emissão de ações impactou em um ágio pela emissão de ações no valor de R\$ 68.392.				
										Impacto das aquisições nos resultados da Companhia: O resultado do período findo em 31/12/2022 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela adquirida, a partir de 31/10/2022. A aquisição da Clinicarx, contribuiu com uma receita líquida de R\$1.524 e um prejuízo líquido de R\$ 1.365 no exercício findo em 31/12/2022. Caso a aquisição da Clinicarx tivesse ocorrido em 01/01/2022 a contribuição na receita líquida consolidada seria de R\$ 19.321 e o lucro líquido de R\$ 518. O custo de transação envolvendo as aquisições destas empresas no exercício findo em 31/12/2022 foi de R\$ 397, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas. No exercício de 2021 a Companhia realizou as seguintes aquisições: Sintese - Licenciamento de Programa para Compras online S.A.: A compra de 909 Ações de Preferenciais de Classe C pelo valor de R\$ 999, totalmente integralizado ao capital, pagos no ato, pela emissão de ações e refere-se à primeira tranche dos investimentos. A Companhia poderá realizar uma segunda tranche em até 12 meses da data da primeira, adquirindo mais 909 Ações de Preferenciais de Classe C, aumentando sua participação para 12,5%, se atendidas as condições previstas no Instrumento Particular de Acordo				
													<i>continuação</i>	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Informações do Grupo: A Interplayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia" ou "Interplayers"), possui sede na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº 1.566, Jurubatuba, São Paulo, Estado de São Paulo. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2021 abrangem a Companhia e suas controladas, e investimentos em empresas coligadas (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo") descritas na Nota Explicativa nº 4. a) **Contexto operacional:** O Grupo tem como objetivo social e estratégico a prestação de serviços de: • Administração de redes de relacionamento no ramo farmacêutico para indústria farmacêutica, higiene pessoal e cosméticos, empresas de administração de convênios, empresas administradoras de grupos de consumidores e outros, inclusive por meios eletrônicos e internet; • Prestação de serviços de call center, telemarketing e teleatendimento; • Prestação de serviços de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas; e • Locação de mão de obra terceirizada; prestação de serviços de promoção de vendas e merchandising de produtos; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; seleção e agenciamento de mão de obra; prestação de serviços de eventos; distribuição de material promocional; assessoria e consultoria em informática. b) **Combinação de Negócios e Ágio:** No exercício de 2022 a Companhia realizou a seguinte aquisição: **Clinicarx - RX Tecnologia e Educação S.A.:** Em 31/10/2022 a Companhia concluiu o processo de aquisição da RX Tecnologia e Educação S.A., empresa que oferece uma plataforma em serviços farmacêuticos, que habilita farmácias a oferecerem serviços clínicos que incluem: Consultas; Check-ups; Testes laboratoriais remotos (TLR); Vacinas e a padronização do processo de atendimento do paciente por meio de protocolos e de um software clínico. A aquisição da Clinicarx está alinhada à estratégia de crescimento e de ampliação de portfólio da Companhia. As soluções desenvolvidas pela Clinicarx se integram muito bem às diversas soluções da Companhia e pode levar melhores resultados de saúde aos pacientes e acelerar a transformação das farmácias em hubs de saúde. **Alocação do valor justo:** A Administração da Companhia realizou estudos preliminares para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição da Clinicarx, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (IFRS 3) - Combinação NE 3 de Negócios. O laudo para alocação do preço de aquisição apresenta valores preliminares, sujeitos a revisão dentro de um período de até um ano.

Descrição

31-out-22

Ativo circulante	2.192
Ativo não circulante	602
Plataforma	28.377
Carteira de Clientes	32.395
Passivo circulante	1.510
Passivo não circulante	-

continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

de Investimentos e Outras Avenças. O ágio apurado de R\$ 797 mil compreende o valor dos benefícios econômicos futuros provenientes das sinergias decorrentes da aquisição e alinhados com a estratégia da Companhia. O investimento foi avaliado como influência significativa, classificada como coligada e atende a estratégia do grupo na extensão de escopo. **Top Down Consultoria e Projetos S.A.:** Em 02/06/2021 a Companhia adquiriu 75% de participação da empresa Top Down Consultoria e Projetos S.A., empresa desenvolvedora de sistemas personalizados para gestão das operações em diversos segmentos, sendo referência em sistemas de gestão para operadoras de saúde. O valor da aquisição foi de R\$ 48.017 distribuídos da seguinte forma: (i) R\$ 17.000 pagos à vista, (ii) R\$ 3.017 pagos em setembro de 2021; (iii) R\$ 19.000 a serem pagos em 2022, 2023 e 2024, e (iv) R\$ 9.000 como preço retido em favor da compradora com relação a indenização assumida pela vendedora e que será pago até 2026 ou até a solução da contingência. As parcelas do Preço de Compra serão atualizadas pela variação de 100% (cem por cento) do CDI, desde a data de fechamento até a data de efetivo pagamento de cada uma das parcelas. Os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos preliminares ao seu valor justo, o ágio e o custo da participação que impactaram as demonstrações financeiras consolidadas de 31/12/2021 estão demonstrados a seguir:

Valor justo	31/05/2021
Ativo Circulante	14.718
Caixa e equivalente de caixa	6.396
Contas a receber	6.082
Outros ativos circulantes	2.240
Ativo não circulante	5.577
Ativos identificáveis	24.426
Carteira de Clientes	7.089
Software	11.754
Marca	3.739
Não Concorrência	1.844
Passivo circulante	9.846
Passivo não circulante	4.708
Provisões e empréstimos	4.708
Passivos contingentes assumidos	3.031
Ativos e passivo líquidos	27.136
Custo de aquisição	48.017
Participação de não controladores	1.436
Ágio na Operação	22.316

Os ativos e passivos a valor justo apresentados acima são preliminares e se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. O ágio apurado de R\$ 22.316 mil compreende o valor dos benefícios econômicos futuros provenientes das sinergias decorrentes da aquisição e alinhados com a estratégia da Companhia. As contraprestações contingentes foram registradas ao valor justo na data de aquisição e são apresentadas na nota 14. Custos de transação no valor de R\$ 231 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas gerais e administrativas. Caso a aquisição da Top Down tivesse ocorrido em 01/01/2021, a administração estima que a receita líquida consolidada teria sido de R\$ 167.012, e o lucro consolidado do ano teria sido de R\$ 11.460. Ao determinar esses valores, a administração assumiu que os ajustes de valor justo, que surgiram na data da aquisição, teriam sido os mesmos se a aquisição tivesse ocorrido em 01/01/2021. **Conecta Médico:** Em 30/07/2021 através do Termo de Aditamento e Fechamento do Acordo de Compra e Venda, Investimento e Outras Avenças a Companhia adquiriu 3.000 ações da Conecta, que representam 25% de participação no seu capital. O valor total da operação é de R\$ 1.800 mil, i) R\$ 450 pago à vista, (ii) R\$ 1.350 a serem pagos em 4 parcelas iguais de R\$ 337,5. Os valores foram quitados no exercício de 2021. O ágio apurado de R\$ 1.667 mil compreende o valor dos benefícios econômicos futuros provenientes das sinergias decorrentes da aquisição e alinhados com a estratégia da Companhia. A Conecta é uma plataforma de Telemedicina que integra médicos, pacientes e todo o sistema da saúde. A empresa é nova com operações a partir de 2020. Arquitetura e estrutura do sistema foi desenvolvida em uma plataforma moderna e flexível programada para integrações com múltiplos sistemas e aplicações e projetada para suportar os diversos recortes de geração de receitas e atendimento às demandas dos clientes e mercado. A Companhia não possui controle sobre investida e, portanto, não é consolidada no Grupo, e por possuir influência significativa foi classificada como coligada para efeitos de equivalência patrimonial. **Future Health:** Em 01/07/2021, a Companhia firmou um contrato de participação de investidora ("investimento anjo") na empresa Future Health Content Eireli, com investimento no valor total de R\$ 510. Sendo R\$ 350, aportados até setembro de 2021 e o montante de R\$ 160 em 2022 com o pagamento de 2 parcelas de R\$ 80 janeiro e maio. A Future Health é uma empresa voltada para cobrir a inovação no setor da saúde. Este investimento é destinado a construção de um site e criação de conteúdo e eventos digitais voltado ao segmento de saúde e bem-estar, com o objetivo estratégico principal de promover o marketing e a marca da Interplayers junto a profissionais e participantes este segmento e, em segundo lugar, criar um novo produto remunerado principalmente através do patrocínio a conteúdos realizado pela indústria. A Companhia não possui controle nem influência significativa sobre investida e, portanto, a Future Health não consolida no Grupo, sendo registrada pelo seu valor de custo. c) **Estrutura do Grupo:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Interplayers Soluções Integradas S.A. e de suas controladas a seguir relacionadas:

Controladas	Abreviação	Percentual de participação	
		31/12/2022	31/12/2021
Ponto Extra Serviços Temporários Ltda.	P.E.S.M.	100%	100%
ECS Participações Ltda.	ECS Par.	100%	100%
Top Down Consultoria e Projetos S.A.	TD	75%	75%
RX Tecnologia e Educação S.A.	Clinicarx	100%	-

Investidas	Abreviação	Percentual de participação	
		31/12/2022	31/12/2021
ECS Informática Ltda. (i)	ECS Inf.	50%	50%
Conecta Médico S.A. (ii)	Conecta	43,3%	25%

As demonstrações financeiras não consolidam as seguintes empresas investidas:

(i) A Interplayers possui participação indireta na ECS Informática através de sua controlada ECS Participações. A Interplayers através da ECS Participações não detém o poder de controlar a investida ECS Informática, porém possui influência significativa pois participam nas definições de distribuições de dividendos e sobre a estrutura societária da Companhia. Desta forma a ECS Participações contabiliza este investimento utilizando o método de equivalência patrimonial. (ii) Apesar do aumento da participação no ano de 2022, a Companhia não detém o controle na Conecta, mas possui influência significativa, conforme definido no parágrafo 5 do IAS 28/CPC 18 (R2), pois conforme o acordo de acionistas, a Companhia participa nas definições de distribuições de dividendos e sobre a estrutura societária da investida. Desta forma a Interplayers deve contabilizar este investimento utilizando o método de equivalência patrimonial, conforme definido no parágrafo 16 do IAS 28/CPC 18 (R2). (iii) A Companhia adquiriu em maio de 2021, participação societária na empresa Síntese Licenciamento de Programa para compras On Line S.A., porém investimento efetuado foi descontinuado em agosto de 2022, quando a empresa efetivou acordo de venda de suas ações para empresa BIONEXO, concluindo a operação em outubro de 2022. **Outros investimentos:** Em 2017, a Companhia iniciou o programa "ACE GROWTH" em conjunto com a Aceleradora de Startups e Inovação Corporativa denominada ARGOTEC Inteligência Empresarial, para incentivar e investir em possíveis startups que tenham soluções consistentes e complementares as operações do Grupo. O programa segue em desenvolvimento. O investimento efetuado totaliza R\$ 150 mil. Na linha de investimentos em startups a Companhia investiu na Future Health ("Future"), uma startup de inovação para conteúdo digital para o segmento de saúde. No final da aceleração, em dezembro de 2023 a Companhia terá o direito de converter o investimento em participação de 50% do capital da Future, quando será celebrado o acordo de quotistas. No final da aceleração em dezembro de 2023, a Companhia tem o direito de conversão do investimento em 50% do capital, se assim desejar. O investimento efetuado totaliza R\$ 508 mil. A Companhia monitora periodicamente os resultados da startup e possui a expectativa de adquirir a participação acionária conforme previsto em contrato, não havendo expectativas de perdas a serem consideradas até o momento. Estes investimentos são avaliados pelo método de custo pois não houve aquisição de participação. **2. Base de preparação:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia no processo de gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10/04/2023. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário realizar julgamentos e utilizar esti-

mativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. d) **Continuidade operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nos encerramentos dos exercícios, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **3. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercícios iniciados em 01/01/2022 ou após essa data, e não houve impacto significativo nas demonstrações Financeiras da Companhia, as quais estão demonstradas a saber:

Pronunciamento	Descrição
CPC 06 (R2) / IFRS 16	Benefícios relacionados a COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30/06/2021
IAS 37/CPC 25 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets / Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Contratos onerosos - Custo de cumprimento de um contrato (emendas à IAS 37)
IAS 1/CPC 27 - Ativo Imobilizado / Property, Plant and Equipment	Imobilizado - Receita antes do uso pretendido (emendas à IAS 16)
IFRS 3/CPC 15 (R1) - Business Combinations / Combinações de negócios.	Alterado por referência à estrutura conceitual (emendas à IFRS 3)
IFRS 10/CPC 36 (R3) and IAS 28/CPC 18 (R2) - Investment Entities: applying the Consolidation Exception / Aplicando a Exceção na Consolidação	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto

A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas:

Normas e ementas de normas	Vigência
IFRS 17 - Insurance contracts / Contratos de Seguros - irá substituir a IFRS 4/CPC 11.	Alterado para assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos. 1º/01/2023
IAS 1/CPC 26 (R1) - Presentation of Financial Statements / Apresentação das Informações trimestrais.	O IASB adia a data efetiva de Classificação de Passivos como Atual ou Não Atual (Alteração à IAS 1) 1º/01/2023
IAS 12/CPC 32 - Income taxes/ Tributos sobre o lucro	Alterado por impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações à IAS 12) 1º/01/2023
IAS 8 / CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificações de erros	As alterações esclarecem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis e alterações nas políticas contábeis e correção de erros. 1º/01/2023

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **4. Principais Políticas Contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31/12/2022. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhes garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos; e, • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). O Grupo avalia periodicamente se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. Se o Grupo alienar o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for alienado e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for alienado (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Ativo, Passivo e Resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada por uma diluição de participação, perda de influência ou qualquer outra ação que não seja a alienação de sua participação, essa controlada continua representada nas demonstrações financeiras sem, contudo, ter seus ativos, passivos e resultados consolidados. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os investimentos não controlados são apresentados também no consolidado pelo método de equivalência patrimonial b) **Receita operacional:** As receitas do Grupo têm origem no licenciamento de uso de software e na prestação de serviços de consultoria e treinamento em informática, mensageria e call center. • O licenciamento de uso de software compreende na disponibilização aos clientes, das soluções tecnológicas pertencentes a Empresa. • A mensageria consiste na disponibilização aos clientes, de uma plataforma para troca de mensagens entre sistemas e pessoas. • Os serviços de call center consistem na oferta de estrutura física - como espaço físico, computadores etc. - estrutura tecnológica - como sistemas e processos - e recursos humanos para atendimento telefônico utilizado pelos contratantes principalmente para atendimento de seus clientes ou colaboradores. • As consultorias em informática referem-se à prestação serviços técnicos especializados, de forma a suportar e/ou orientar os clientes quanto às suas demandas de tecnologia. • Os treinamentos em informática compreendem no preparo e instruções dos clientes quanto ao uso das soluções tecnológicas disponibilizadas pela Companhia. Os treinamentos podem ocorrer durante a implantação de uma solução, ou a qualquer momento, por solicitação do Cliente. Os reconhecimentos das receitas acontecem de duas formas distintas: **1. As receitas advindas do licenciamento de uso de software, Mensageria e Call Center** são registradas tão logo sejam atingidas todas as seguintes situações: • A assinatura do contrato e a disponibilização dos recursos para o cliente; • O valor das transações possa ser mensurado de maneira confiável, de acordo com as definições contratuais; • Todos os riscos e benefícios inerentes a operação, sejam transferidos para o adquirente; • Existam benefícios econômicos prováveis gerados em favor da Companhia. Essas receitas são reconhecidas mensalmente, pelo período de vigência do contrato comercial. **2. Os serviços de consultoria e treinamento em informática** tem suas receitas reconhecidas no resultado mensalmente, diretamente à medida que os serviços são prestados. Os registros de todas essas operações são efetuados acordo com o regime de competência. As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Receita de juros ativos de aplicações financeiras; • Despesa de juros passivos sobre empréstimos e

financiamento e taxas bancárias; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros em outras moedas; • Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. c) **Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. d) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) **Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do tributo (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício. Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. Na avaliação da Administração, o atual cenário, impactado pelo Covid-19, não afetou as projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo a recuperabilidade de créditos nos próximos anos. f) **Imobilizado:** i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ii) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, conforme o IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado. E os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Benefícios em imóveis de terceiros	4-8 anos

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando necessário. g) **Ativos intangíveis e ágio:** i) **Combinação de negócios e Goodwill:** Quando a Companhia adquire o controle de um investimento, utiliza os procedimentos de uma combinação de negócios para contabilizar o investimento, seguindo as orientações do IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. Para determinar o custo da aquisição a Companhia considera a soma de todos os valores a serem pagos/transferidos pela aquisição do controle da adquirida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado. A cada combinação de negócios a Companhia identifica e determina: a) identificação da adquirida e do adquirente; b) determinação da data de aquisição; c) reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladores na adquirida; e d) reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou do ganho proveniente de compra vantajosa. Para reconhecimento do ágio (goodwill) a Companhia inicialmente, mensura o ágio como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Caso a contraprestação seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida como ganho na demonstração do resultado. O ágio é mensurado pelo custo e deve ser deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, para qual a Companhia realizará testes do valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia se espera que seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a esta unidade. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. O Grupo efetua anualmente a análise dos indicativos de perda para os ativos intangível, bem como efetuar um estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso da unidade geradora de caixa para comparação com os valores contábeis no final desse exercício. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros. ii) **Pesquisa e desenvolvimento e softwares desenvolvidos internamente:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. O prazo de vida útil é determinado

continuação

continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

considerando a funcionalidade, tecnologia, arquitetura, credibilidade, usabilidade e força no mercado. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. A amortização de software desenvolvido para uso interno foi registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software desenvolvido para cliente foi registrada em custo dos serviços. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. **iii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **iv) Amortização:** A amortização é calculada para reduzir o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas são as seguintes: As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software e licença de software	1-5 anos
Direitos adquiridos de software	5 anos
Carteira de clientes	7 – 11 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros dos ativos relacionados, são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **v) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Instrumentos financeiros: O Grupo adotou o IFRS 9/CPC 48 - instrumentos financeiros em substituição ao IAS 39/CPC 38. As alterações relacionadas a essas políticas contábeis estão descritas a seguir: **i) Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como a gerência seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **ii) Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. **iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia deve reconhecer uma perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **iv) Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. **v) Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **vi) Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente

modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **vii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria/segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas em ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. **ii) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **k) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável do dispêndio, observada a natureza de cada provisão. **l) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **m) Arrendamentos Mercantis:** Com a vigência do IFRS 16/CPC 06(R2), a forma de mensuração e contabilização dos contratos de arrendamentos foram alteradas. O método utilizado foi retrospectivo modificado onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial. O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Sede da Companhia: 4 a 8 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota 3.1. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental, que é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, conforme definição contida no IFRS 16/CPC 06 (R2), na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é reapresentado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros

resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo os seus arrendamentos de curto prazo de equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). **n) Classificação Corrente e Não Corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **Patrimônio Líquido:** a) **Capital Social:** Composição: Em 31/12/2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de 47.740, representado por 52.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 26/01/2022, ocorreu o Distrato Social na empresa Intermarket Empreendimentos e Participações Ltda. Em 31/10/2022, a Companhia emitiu 3.913.978 novas ações no montante de R\$ 1.608, que foram subscritas e integralizadas pela RX Investimentos e Participações Ltda. Esta emissão de ações se relaciona a transação de aquisição da Clinicarx em razão da combinação de negócios entre a Companhia e a Clinicarx, conforme descrito na nota explicativa 1.b. Esta emissão de ações correspondeu a ágio no montante R\$68.392, tendo em vista o preço pactuado entre as partes no processo de aquisição da investida e troca de ações com os vendedores na data. A emissão de ações e respectivo ágio foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 31/10/2022. Em 31/12/2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de 49.348, representado por 55.914 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Capital Social	49.348	47.740		
Acionistas	Ações	%	Ações	%
Arnaldo Jose Lewis e da Filho	33.258	59%	-	-
Oria tech 1 Fundo de Investimentos em Participações	13.000	23%	13.000	25%
Intermarket Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	39.000	75%
RX Investimentos e Participações Ltda.	3.914	7%	-	0%
Fernando Guerin Cascardo	2.969	5%	-	-
Carlos Alberto de Castro Dutra	2.773	5%	-	-
Total ações ordinárias nominativas	55.914	100%	52.000	100%

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. **b) Natureza e propósito das reservas:** **b.1) Reserva Legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social. Em 31/12/2022 foi constituído um aumento na reserva legal no montante de R\$ 1.137 correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. O saldo acumulado constituído pela Companhia em 31/12/2022 foi de R\$ 3.009, correspondente a 6% do capital social. **b.2) Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê ainda a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, conforme apurados nos exercícios sociais a seguir, abaixo apresentamos o cálculo:

	2022	2021
Lucro Líquido do exercício da controladora	22.743	9.972
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	1.137	499
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	21.606	9.473
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	5.402	2.368
Dividendos adicionais propostos	-	6.417
	5.402	8.785

A companhia atendendo suas atas, promulgadas, válidas e disposições legais sobre as sociedades anônimas, efetivou a constituição de Reservas legais e distribuição de lucros mínimos obrigatórios que serão quitados em datas a serem definidas no exercício de 2023. **b.3) Reserva de Lucros:** A Companhia manteve o montante de R\$ 23.184 em 31/12/2022, e R\$ 6.980 em 31/12/2021, na rubrica reserva de lucros após constituída a reserva legal e a proposta de distribuição dos dividendos. Esta retenção destina-se a reserva de investimento, levando em conta o art. 194 da Lei das S.A. e estatuto social da Companhia. A utilização do montante retido para investimentos futuros considera, entre outros, os custos de oportunidade e existência e conveniência dos investimentos previstos. Todas as destinações dos lucros são anualmente aprovadas em Assembleia dos Acionistas. **b.4) Reserva de Capital:** A aquisição da controlada Clinicarx, que resultou na emissão de ações da Companhia, pelo valor de subscrição total de R\$ 70.000. O valor de R\$1.608 foi destinado à conta de capital social (vide nota sobre o capital social) e o restante do valor no montante de R\$ 68.392, foi destinado à reserva de capital - ágio na emissão de ações - da Companhia. **Evento subsequente:** Em 08/02/2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em julgamento dos Recursos Extraordinários (RE) 949.297 e 955.227, com repercussão geral reconhecida através dos Temas 881 e 885 respectivamente, decidiu pela prevalência da decisão do STF com eficácia geral sobre decisões individuais transitadas em julgado que versem sobre tributos recolhidos de forma continuada. A Companhia não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022 decorrente da referida decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária.

Administração

Arnaldo Jose Lewis e da Filho - Presidente

Carlos Alberto de Castro Dutra - CEO

Gustavo Marini Rodrigues - Diretor Financeiro e RI

Contador

Pedro da Costa Oliveira Neto - CRC-1SP22275/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselho de Administração e Acionistas da Interplayers Soluções Integradas S.A. São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Interplayers Soluções Integradas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demons-

trações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Reconhecimento de receita de prestação de serviços:** O reconhecimento de receita requer o adequado funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação e de seus respectivos controles internos para assegurar que todos os serviços prestados tenham sido mensurados corretamente e registrados dentro do exercício contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes aos serviços prestados a serem faturadas. As receitas de prestação de serviços podem apresentar obrigações de desempenho distintas e são reconhecidas em função do cronograma de execução dos serviços contratados e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. As receitas de serviços auferidas pela Companhia e suas controladas, incluindo os respectivos critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na nota explicativa 4.b. Consideramos esse assunto como significativo em função da relevância dos valores e do processo de reconhecimento de receita dos serviços prestados e do contas a receber em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos: (i) análise da aprovação dos contratos decorrentes da prestação de serviço; (ii) reconhecimento das receitas dos serviços prestados de acordo com as condições contratuais; (iii) testes da receita a faturar reconhecida no encerramento do exercício; (iv) testes documentais para uma amostra de transações ocorridas na conta de receita levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem, bem como teste da integridade dos relatórios extraídos dos sistemas de faturamento; (v) análise das reconciliações de contas a receber de clientes; (vi) testes de recebimentos subsequentes; (vii) verificação do aging-list dos valores a receber e; (viii) análise das divulgações realizadas pela diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita operacional líquida e contas a receber de clientes, consideramos aceitáveis os critérios adotados pela Companhia para o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 4.b no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Combinação de negócios e ágio:** A Companhia adquiriu empresas no curso normal de seus negócios, para as quais adotou o método de combinação de negócios que representa valores significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31/12/2022, divulgados na nota explicativa 1.b e 10. O montante de ágio dessas aquisições corresponde à R\$57.661 mil nas demonstrações financeiras consolidadas naquela data. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, face aos julgamentos envolvidos na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e a consequente alocação do preço de aquisição e determinação do ágio e análise sobre a sua recuperabilidade, além da magnitude dos montantes envolvidos. Como nossa auditoria tratou o assunto: Nossos procedimentos

relacionados a combinação de negócio incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos relacionados à transação, tais como contratos e atas; (ii) o entendimento dos controles internos chaves implementados pela Companhia relacionados ao processo de aquisições de empresas; (iii) o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias utilizadas para determinação e reconhecimento do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos, alocação do preço de aquisição e ágio por expectativa de rentabilidade futura e avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre a combinação de negócio; (iv) testes de recuperabilidade dos ágios, e (v) análise das divulgações realizadas pela administração na nota explicativa 1.b, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Companhia, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios, amortização e resultado dos testes de recuperação dos ágios da Companhia para suportar os julgamentos e informações divulgadas na nota explicativa 1.b no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Ativo Intangível decorrente de desenvolvimento de Softwares:** A Companhia investe no desenvolvimento e aperfeiçoamento de softwares operacionais, que envolve a capitalização de custos internos registrado no ativo intangível, assim como aquisição de softwares de terceiros, cujas análises de viabilidade econômica e determinação da vida útil estimada incluem julgamento significativo por parte da administração. O saldo dos custos, líquido de amortização, dos ativos intangíveis de desenvolvimento de softwares operacionais e softwares adquiridos em 31/12/2022, corresponde à R\$24.301 mil no individual e R\$68.220 mil no consolidado, conforme nota explicativa 10. Devido à relevância dos saldos, valores de adição e amortização, e do julgamento envolvido na análise do prazo de vida útil estimado e recuperabilidade dos gastos capitalizados com desenvolvimento de softwares e software adquiridos, esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos critérios utilizados pela administração na determinação dos custos capitalizados no desenvolvimento e ou na aquisição de softwares, testes da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhorias de softwares operacionais, avaliamos a razoabilidade das premissas adotadas na determinação da vida útil estimada dos softwares operacionais e realizamos cálculo independente da amortização do período e avaliação das divulgações da Companhia nas notas explicativas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados em relação aos testes dos custos dos softwares operacionais, da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhoria, do estudo para determinação da vida útil estimada e do cálculo da amortização, que estão consistentes com a avaliação da

continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

Companhia, consideramos que os critérios e premissas adotados na avaliação dos softwares operacionais, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31/12/2022 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabo-

ração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respec-

tivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 10 de abril, 2023

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP034519/O
Luiz Carlos Marques
Contador
CRC-SP147693/O

VR Editora S/A

CNPJ/MF nº 02.817.648/0001-80

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)

Balanco Patrimonial		2022		2021	
Ativo					
Circulante					
Caixa/bancos	107.426	52.935			
Aplicacoes financeiras	1.049.619	1.309.827			
Clientes	8.585.572	9.638.340			
Adiantamentos diversos	4.801.477	5.118.080			
Estoques	10.894.205	8.800.621			
Impostos a recuperar	316.218	42.754			
Despesas a apropriar	5.019	2.462			
Total do ativo circulante	25.759.536	24.965.020			
Realizável a longo prazo	200.430	80.220			
Ativo permanente					
Imobilizado	1.990.222	1.855.595			
Depreciacao amort. Acum.	(1.557.013)	(1.395.889)			
Total do ativo permanente	433.209	459.706			
Total do ativo não circulante	633.639	539.926			
Total do ativo	26.393.175	25.504.945			
Passivo					
Circulante					
Fornecedores nacionais/internacionais	2.293.272	1.966.796			
Adiantamentos clientes	572.994	564.952			
Obrigacoes sociais	253.427	242.947			
Provisoes trabalhistas	403.406	370.289			
Obrigacoes tributarias	114.261	174.723			
Royalties a pagar	1.025.592	936.894			
Outras contas a pagar	65.544	53.806			
Empréstimos e financiamentos	281.595	466.952			
Total do passivo circulante	5.009.090	4.777.359			
Passivo não circulante					
Total do passivo não circulante	-	-			
Patrimônio líquido					
Capital subscrito	50.000	50.000			
Reservas	21.215.400	21.678.225			
Prejuizos acumulados	(1.404.637)	(1.404.637)			
Resultado do exercicio	1.522.822	403.999			
Total do patrimônio líquido	21.383.585	20.727.587			
Total do passivo	26.393.175	25.504.945			
Demonstração de Fluxo de Caixa					
2022					
Fluxo de caixa originários de atividades operacionais					
Valores Recebidos de Clientes	35.844.034				
(-) Pagamentos a Fornecedores	(14.763.027)				
(-) Pagamentos de Impostos	(1.323.332)				
(-) Pagamentos de Salários a Colaboradores	(1.786.011)				
(-) Pagamentos de Juros	(44.918)				
Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades Operacionais	17.926.746				
Fluxo de caixa originários de atividades de investimentos					
(-) Compras de Imobilizado	(102.224)				
Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades de Investimentos	(102.224)				
Fluxo de caixa originários de atividades de financiamentos					
(-) Pagamentos de Lucros e Dividendos	(866.824)				
(-) Pagamentos de Empréstimos/Debêntures	(185.857)				
Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades de Financiamentos	(1.052.681)				
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	16.771.841				
Disponibilidades no Início do Período	1.337.762				
Disponibilidades no Final do Período	1.157.045				
Varição da Disponibilidades	(180.717)				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
2022					
Saldo inicial do período	20.727.587				
Reservas de capital	-				
Reserva de lucros	-				
Resultado líquido do exercicio	1.522.822				
Proposta da administração p/ destinação do lucro	866.824				
Dividendos e lucros a distribuir	866.824				
Dividendos e lucros a distribuir	866.824				
Ajustes de avaliação patrimonial	-				
Saldo final do período	21.383.585				
Notas Explicativas da Administração às Operações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 (Em reais)					
1. Contexto Operacional – A VR Editora S/A, sociedade anonima de capital fechado, tem como objeto social a edição integrada a impressão de livros, nas disposições legais regulamentadas em vigor. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis da VR Editora S/A foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em observância às disposições contidas na Lei					
A Diretoria					
Tatiana Silva Correia – Contadora CRC 1SP 244.293/O-2					

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,0122 / R\$ 5,0128 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,0050 / R\$ 5,0070 *
Turismo - R\$ 5,1100 /
R\$ 5,2080
(* cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado
no dia: -1,16%

OURO BM&F
R\$ 318.90

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 4,29%
Pontos: 106.213
Volume financeiro:
R\$ 32,249 bilhões
Majores altas: Gol PN
(17,13%), Azul PN
(13,81%), Magazine
Luiza ON (12,84%)
Majores baixas: Minerva
ON (-1,29%), TAESA
UNT (-0,03%), ENGIE
Brasil ON (0,00%)
S&P 500 (Nova York):
-0,0%
Dow Jones (Nova York):
0,29%
Nasdaq (Nova York):
-0,43%
CAC 40 (Paris): 0,89%
Dax 30 (Frankfurt):
0,37%
Financial 100 (Londres):
0,57%
Nikkei 225 (Tóquio):
1,05%

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,4791
Dólar (EUA) - 5,0128
Franco (Suíça) - 5,5451
Iene (Japão) - 0,03752
Libra (Inglaterra) - 6,2209
Peso (Argentina) - 0,02345
Peso (Chile) - 0,006172
Peso (México) - 0,2755
Peso (Uruguai) - 0,1302
Yuan (China) - 0,7279
Rublo (Rússia) - 0,06114
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,4675

Oral Scan Radiologia Odontológica Ltda.

CNPJ/MF nº 08.984.847/0001-60 – NIRE 35.221.507.018

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Os sócios são convocados para a Reunião, a ser realizada no dia 20/04/2023, às 10h00, em 1ª convocação, ou às 10h30, em 2ª convocação, na sede da sociedade ou por meio digital na plataforma Microsoft Teams, a ser acessada pelo link abaixo: https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_Nf4NTY3Z7tODJmMCO0MGJkLW11Mjkt0GlvZihkYWE1NWNk%40thread.v2?context=%7b%22id%22%3a%22c184412240418a53c044fe676f54%22%2c%22oid%22%3a%22b2f8f4160a914345b4f43918944fbff%22%7d. A ordem do dia a ser deliberada será a seguinte: 1. Destituição de administrador da Sociedade; 2. Alteração do contrato social para alterar a Cláusula 8ª para reformular a administração da Sociedade; 3. Alteração do contrato social da Sociedade para incluir nova Cláusula 12ª para possibilitar a exclusão de sócio de forma extrajudicial e renumerar a cláusula seguinte; e 4. Consolidação da nova redação do contrato social. A. Os documentos de representação dos sócios e seus eventuais representantes legais, tais como, mas sem limitação, contratos e estatutos sociais, atas de eleição de administradores, procurações por instrumento público ou particular, documentos identidade, devem ser submetidos digitalizados por e-mail, para o endereço: marcos.martinelli@rochaebarcellos.com.br, com cópia para negocios@rochaebarcellos.com.br, com antecedência mínima de 30 minutos do horário da primeira convocação acima indicado. B. A Reunião será gravada e o registro da presença deverá ser feito por meio de identificação audiovisual no momento da reunião, devendo o participante utilizar-se de equipamento com câmera e microfone, apresentando seus documentos de identificação. C. O voto deverá ser manifestado oralmente pelo sócio ou seu representante durante a Reunião e será registrado por meio da gravação feita na plataforma Microsoft Teams. São Caetano do Sul (SP), 10/04/2023. Rodolfo Marco Fujimoto Trentin, sócio administrador (11 e 12/04/2023)

Fercoi S.A.

CNPJ/ME nº 60.806.460/0001-33 – NIRE 35.300.064.097

Convocação – Assembleia Geral Ordinária

A administração em exercício convoca os Srs. acionistas para Assembleia Geral Ordinária de Sócios da Fercoi S.A. (Companhia), sociedade por ações, com sede na Avenida Henry Ford, 1700, Bairro Mooca, São Paulo/SP, em conformidade com os artigos 121 e 132 da Lei no 6.404/76, a ser realizada no endereço da sede social, no dia 09/05/2022, às 10h (dez horas), em primeira convocação, a ser instalada com a presença de, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, para tratar da seguinte pauta do dia: (i) eleição de Diretoria e fixação dos honorários globais nos termos da decisão cautelar provisória proferida nos autos nº 1026690-40.2023.8.26.0100 e que é ainda atacável por recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo; (ii) apreciação das contas da administração relativa ao exercício social findo em 31/12/2022 e destinação dos resultados, se cabível. A diretoria em exercício: **Sandra Fernandes/RG nº 8.977.462/SPP-SP e CPF nº 049.113.118-60 e Marta Fernandes Toschi/RG nº 8.977.463-2/SPP-SP e CPF nº 049.113.128-31.** (11, 12 e 13/04/2023)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 13.673.855/0001-25

Relatório da Administração e Diretoria Executiva

Aos nossos clientes e acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, atendendo os princípios e normas que preservam a sua independência. Agradecemos a confiança depositada pelos clientes e parceiros e ao relacionamento ao ano de 2022 acompanhadas das notas explicativas e do Relatório do Auditor Independente. Informamos que a Audibanco empenhou de seus colaboradores durante esse ano.

Audidores Independentes S.S., empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras da Companhia, São Paulo, 30 de março de 2023.

A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)		Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	2022	2021	2º semestre	Exercício	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro acumulados	Lucro (Prejuízo) Total
Circulante		31.133	26.025			2.130	54	513,00	- 2.697
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.478	23.652						648
Disponibilidades	4	2.672	12.783						648
Caixa, bancos e reservas livres		2.672	12.783						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	24.806	10.869						
Aplicações no mercado aberto		24.806	10.869						
Títulos e valores mobiliários	4	157	157						
Carteira própria		4	157						
Outros créditos	3.589	2.182	2.182						
Rendas a receber	6a	1.520	1.106						
Diversos	6c	2.386	1.662						
Negociação e intermediação de valores	6b	-	40						
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6d	(317)	(626)						
Outros valores e bens	62	34	34						
Despesas antecipadas		62	34						
Ativo Não Circulante		1.563	437						
Permanente		1.563	437						
Imobilizado de uso	7	1.409	425						
Imobilizações de uso		2.203	1.038						
(-) Depreciações acumuladas		(794)	(613)						
Ativos intangíveis	7	154	12						
Intangíveis		198	44						
(-) Amortização acumulada		(44)	(32)						
Total do ativo		32.696	26.462						
Passivo		2022	2021						
Circulante		27.633	23.270						
Depósitos e demais instrumentos financeiros		23.044	20.261						
Recursos Disponíveis de Clientes	8a	15.224	20.261						
Obrigações por operações compromissadas	8b	7.820	-						
Outras obrigações	9	4.589	3.009						
Sociais e estatutárias		813	154						
Fiscais e previdenciárias		3.234	2.006						
Negociação e intermediação de valores		157	655						
Diversas		385	194						
Não Circulante		803	-						
Outras Obrigações		803	-						
Diversas – Multa CVM		803	-						
Patrimônio líquido	11	4.260	3.192						
Capital		2.130	2.130						
De domiciliados no país		2.130	2.130						
Reserva Legal		173	87						
Reserva de Lucros		1.957	975						
Total do passivo e patrimônio líquido		32.696	26.462						

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº153, 4º andar, no bairro Vila Nova Conceição, município de São Paulo, estado de São Paulo e teve sua atividade aprovada pelo Banco Central do Brasil no dia 31 de março de 2011. Iniciou suas atividades operacionais em março de 2013, a partir de sua sede, onde se desenvolve as atividades de intermediação e distribuição de títulos mobiliários, administração de recursos de terceiros, custódia e escrituração de valores mobiliários, além de outros, previstos em seu estatuto social. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações para a contabilização das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Na elaboração das demonstrações financeiras, foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2023. **3. Principais práticas contábeis** – a) **Resultado:** Apurado pelo regime contábil de competência. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa da Distribuidora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações no mercado aberto são classificadas em função dos papéis que lastreiam as operações. d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, a partir de 31 de dezembro de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias, a saber: títulos para negociação – avaliados ao valor provável de realização (considerando cotação de mercado ou o valor patrimonial dos títulos, se aplicável) em contrapartida ao resultado do período; títulos disponíveis para a venda – avaliados ao valor de provável realização em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento – avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do período. e) **Negociação e intermediação de valores:** São registrados os recursos de clientes em conta de depósito, com liquidação imediata. f) **Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa:** É constituída com base na expectativa de perdas na realização de rendas a receber por serviços prestados, tomando por base critérios que atendam, conjuntamente, a pontualidade no recebimento dos serviços prestados a determinado tomador, a sua capacidade econômico-financeira, bem como a sua liquidez. g) **Imobilizado de uso:** Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (Móveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamentos, Veículos, Benfeitorias e Sistemas de Processamento de Dados). h) **Provisão para imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para o imposto de Renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social foi calculada à alíquota de 15% até o mês de julho de 2022, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A partir de 01 de agosto de 2022, em face da aprovação da MP 1.115/2022, a alíquota da contribuição social passará a ser de 16%, válida até 31 de dezembro de 2022. Após esta data, retorna aos 15% vigente. i) **Demais ativos e passivos circulantes:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata” dia incorridos. As obrigações são reconhecidas quando incorridas, por valores conhecidos ou estimados, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) incorridos até a data do balanço. **4. Caixa e equivalentes de caixa** – Em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, sendo instrumentos de liquidez disponíveis a qualquer tempo, como demonstrado:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	17	17
Depósitos bancários	2.125	1.623
Aplicações interfinanceiras de liquidez – LTN (nota 5)	24.806	10.869
Reservas livres – Banco Central	526	11.143
Disponibilidades em moeda estrangeira	4	-
Total	27.478	23.652

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações no mercado aberto:		
Posição bancada	16.986	10.869
Letras do tesouro nacional	16.986	10.869
Posição financiada	7.820	-
Letras do tesouro nacional	7.820	-
Total	24.806	10.869

6. Outros créditos – a) Rendas a receber: Referem-se a serviço de administração de carteira de clientes, administração e distribuição de fundos de investimento no montante de R\$ 1.520 (2021 – R\$ 1.106) **b) Negociação e intermediação de valores:** Referem-se a negócios realizados por conta e ordem de clientes, a serem liquidados em até dois dias úteis, não há valores no semestre findo (2021 – R\$ 40) **c) Diversos:** Referem-se principalmente a impostos e contribuições a compensar, e créditos com empresas relacionadas e despesas reembolsáveis referente a estruturação de operações pagas pela DTVM no valor total de R\$ 2.386 (2021 – R\$ 1.662)

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar	1.221	578
Ativo fiscal diferido (i)	127	250
Pagamentos a ressarcir	134	114
Gastos com estruturação de novos fundos	904	720
Total	2.386	1.662

7. Imobilizado de Uso e Intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Taxas anuais		
de depreciação		
Máquinas	10%	24
Mobiliários	10%	671
Equipamentos de Comunicação	10%	21
Computadores e Periféricos	20%	612
Benfeitorias	20%	798
Veículos	20%	77
Total	2.203	(794)
Taxas anuais		
de amortização		
Intangíveis	20%	198
Total	198	(44)

8. Depósitos e Demais Instrumentos financeiros – a) Recursos de clientes: Representado pelos recursos disponíveis em nome de terceiros, mantidos em contas da Fram DTVM, com exigibilidade imediata, no montante de R\$ 15.224 (2021 – R\$ 20.261). **b) Obrigações por operações compromissadas**

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações por operações compromissadas		
Carteira própria	-	-
Carteira de terceiros	7.820	-
Letras do tesouro nacional	7.820	-
Total	7.820	-

9. Outras obrigações – Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 5.392 (2021 – R\$ 23.270), sendo R\$ 4.589 (em 2021, R\$ 23.270) no passivo circulante e R\$ 803 (em 2021, R\$ -) no passivo não circulante. Refere-se impostos a recolher retidos em operações de clientes, no montante de R\$ 3.234 (2021 – R\$ 2.007), valores a liquidar por conta de operações por conta e ordem de clientes, no montante de R\$ 157 (em 2021, R\$ 20.916), provisões para despesa de pessoal e de fornecedores no montante de R\$ 224 (em 2021, R\$ 74), por dividendos a pagar no montante de R\$ 813 (em 2021, R\$ 154), provisões diversas no montante de R\$ 161 (em 2021, R\$ 119) e valor referente a multa CVM no montante de R\$ 803 (em 2021, R\$ -).

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a recolher	3.234	2.007
Provisões para despesa de pessoal	166	52
Provisões para fornecedores	58	22
Negociação e intermediação de valores (a)	157	655
Dividendos a pagar	813	154
Diversos	161	119
Multa CVM	803	-
Total	5.392	3.009

(a) O saldo de Negociação e intermediação de valores refere-se à operações de negociação e intermediação de valores realizadas no âmbito do Sistema de Transferência de Reservas (“STR”), instituído pela Circular 3.100, do BACEN, composto por valores mantidos por terceiros em contas na Fram DTVM, com liquidação imediata. **10. Provisões para passivos contingentes** – Não existem contingências ou obrigações legais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. **11. Patrimônio líquido – (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é de 2.130.000 (2021 – 2.130.000) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **(b) Reservas de Lucro: Reserva legal** é constituída no montante de 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, até que este alcance o limite previsto em lei. **Reserva de lucros** é constituída na data das demonstrações financeiras aguardando deliberação da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária. **(c) Dividendos provisionados:** Do lucro auferido no exercício de 2022, no montante de R\$ 1.728 (2021 – R\$ 648), foram destinados 5% para constituição da reserva legal, totalizando R\$ 86 (2021 – R\$ 33) foi provisionado a título de dividendo, o montante de R\$ 660 (2021 – R\$ 154), permanecendo em reservas especiais de lucros o montante de R\$ 1.957 (2021 – R\$ 975). **12. Remuneração dos administradores:** Remuneração aos administradores no período findo 31 de dezembro de 2022 e considerada benefício de curto prazo:

	31/12/2022	31/12/2021
Descrição		
Remuneração	834	290
Total	834	290

13. Imposto de renda e contribuição social – A Fram Capital DTVM tem como regime de tributação lucro real. A apuração do imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são demonstradas a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Devidos sobre operações		
do exercício		
Resultado antes da tributação	3.394	3.394
(Adições)/Exclusões temporárias	510	510
Base de cálculo ajustada	3.904	3.904
Compensação de Prejuízo	-	-
Base de Apuração Lucro Real	3.904	3.904
Imposto de renda 15%	(586)	(163)
Imposto de renda adicional 10%	(366)	(85)
Incentivos fiscais	12	6
Contribuição social 15%	-	(586)
Receita Bruta Computada	-	21.559
Receita Bruta Computada até Julho	-	11.794
Fator de Variação	-	0,452959
Base para Contribuição Social Adicional	-	1.768
Contribuição Social Adicional – 1%	-	18
Contribuição de ativo fiscal diferido	-	-
sobre diferenças temporárias	-	156
Cálculo dos valores devidos	(940)	(603)

14. Receitas de prestação de serviços

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Distribuição	1.995	3.040	1.806
Administração de fundos	4.036	7.131	3.050
Administração de carteira	682	1.338	1.105
Taxa de Performance	136	684	1.558
Serviço de Custódia	389	558	412
Outros serviços	959	1.518	756
Total	8.197	14.269	8.687

15. Outras Despesas administrativas

	2º semestre	31/12/2022	30/06/2021
Serviços técnicos especializados	(1.347)	(2.292)	(1.654)
Processamento de dados	(1.804)	(3.432)	(1.986)
Despesas com Representações	(485)	(861)	(750)
Despesa serviços financeiros	(282)	(637)	(534)
Despesa de viagem	(88)	(183)	(172)
Aluguéis	(285)	(584)	(416)
Comunicações	(21)	(37)	(43)
Serviços de terceiros	(978)	(1.591)	(720)
Despesa de publicações	(15)	(40)	(89)
Depreciações e Amortizações	(81)	(192)	(192)
Outras despesas administrativas	(645)	(909)	(734)
Total	(6.031)	(10.758)	(7.290)

16. Outras despesas operacionais

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Multas	(57)	(963)	-
Outros	(593)	(1.242)	(389)
Total	(650)	(2.205)	(389)

17. Instrumentos financeiros derivativos – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam contratos de instrumentos financeiros derivativos em aberto. **18. Gerenciamento de Risco** – A Gestão de Riscos está estruturada de forma independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente ao Comitê Executivo, para mitigar o risco de conflito de interesse e garantir a devida segregação de funções. Compete à área de gestão de riscos monitorar e controlar os diversos riscos incorridos pela DTVM, o que inclui, mas não se limita ao risco de mercado, liquidez, operacional, socioambiental além da gestão de capital. Cada um destes processos segue sua política sempre compatível com a regulamentações vigente e com a complexidade da operação. O aprimoramento do processo de gestão de riscos é contínuo, seguindo a evolução da regulação, das melhores práticas e da necessidade da Instituição. **19. Administração de fundos de investimentos** – A Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, administra Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Fundos de Investimento Imobiliário (FII), Fundos de Investimento em Participações (FIP), Fundos de Investimento em Ações (FIA) e Fundos de Investimento em Cotas (FICS). O patrimônio líquido e a receita de prestação de serviços de administração e distribuição dos fundos de investimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 representam, respectivamente:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido		
FIDC	448.185	75.075
FII	648.473	654.273
FIP	2.616.459	925.029
FIC	590.875	570.217
FIM	-	-
FIA	(6.200)	-
Total	4.297.792	2.224.594

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços		
FIDC	1.902	489
FII	2.133	1.360
FIP	1.974	658
FIC	-	543
FIM	988	-
FIA	134	-
Total	7.131	3.050

20. Administração de carteiras – A Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, administra carteiras de pessoas físicas e jurídicas, cujos patrimônios totalizam R\$ 2.887.483 (em 2021 – R\$ 1.238.229) e a receita de prestação de serviços de administração e de performance somaram R\$ 1.338 no período (em 2021 – R\$ 1.105). **21. Limite Operacional (acordo da Basileia)** – Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa estava enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice

Negócios

Por que o Google aposta no Brasil como um dos principais mercados para sua carteira digital?



Na carteira, as pessoas trazem seus cartões de crédito, documentos, bilhetes de transporte e, muitas vezes, algum item pessoal, como a foto dos filhos ou do animal de estimação. Mas esse item físico vem perdendo cada vez mais o espaço no dia a dia das pessoas conforme a rotina foi ficando mais digital. Hoje, desde o boleto do condomínio até o cafezinho da tarde pode ser pago pelo celular. Lançada ainda em 2011, a carteira digital do Google, a Google Wallet, acabou incorporada pelo Google Pay, mas em 2022 voltou à cena muito mais incorporada para atender a essas demandas. E, em 2023, tem o Brasil como uma das apostas do crescimento do serviço, hoje disponível em 60 países. “Estamos pensando muito em ajudar as

pessoas a pensar sobre como administrar seu dinheiro. Estou aprendendo muito sobre como os brasileiros administram seus cartões de crédito, suas parcelas e como pensam em dinheiro”, diz Jenny Cheng, vice-presidente global do Google Wallet, em entrevista em março. “Estive pela última vez no Brasil em 2018 e vejo uma grande diferença em termos de onde estamos indo no futuro do Banco Central brasileiro”, diz ela, que também foi vice-presidente do PayPal, onde ficou de 2017 até março de 2021.

Nos últimos anos, uma das principais frentes de atuação do Banco Central brasileiro tem sido na digitalização das operações. Foi nessa efervescência que nasceu, por exemplo, o PIX no fim de 2020. Hoje, já são em média 66 milhões de transações diá-

rias desses pagamentos digitais instantâneos, com mais de 100 milhões de chaves de pagamento cadastradas. O BC também desenvolveu e tem ampliado as funcionalidades do Open Finance, lançado em 2022 em substituição ao Open Banking, e trabalha no projeto piloto do real digital.

“Isso nos dá a capacidade de permitir melhores casos de uso do cliente em todos os aspectos, do ponto de vista dos pagamentos”, conta Cheng. O serviço chegou ao Brasil em julho de 2022 e foi desenvolvendo parcerias, não só com os bancos e as empresas de cartões de crédito, mas também com companhias aéreas, empresas de entretenimento e mesmo o Ministério da Saúde, para armazenar, por exemplo, carteiras de vacinação, como a da campanha de combate à Covid. Exame

Light entra na Justiça para suspender pagamento de dívidas

O Grupo Light, que controla a distribuidora de energia de mesmo nome no Rio de Janeiro e já vinha com problemas financeiros, entrou na Justiça na tentativa de suspender o pagamento de parte de suas dívidas e instaurar um procedimento de mediação coletiva com credores.

A informação foi divulgada pela empresa em comunicado ao mercado na terça-feira (11). A Light utilizou o instrumento de medida cautelar, na Justiça do Rio, na segunda-feira (10), e solicitou que a demanda permanecesse em sigilo e fosse atendida com urgência.

No comunicado, a Light não informa os credores que são alvos da cautelar, mas segundo a reportagem apurou com pessoas do mercado, grande bancos, fundos de investimento, além de empresas que atuam com securitização e também com suas debêntures são os principais alvos da demanda.

Em nota, a companhia confirma que a medida não afeta operações com fornecedores e colaboradores.

Advogados que acompanham o setor de energia acreditam que o pedido de renegociação de dívidas tende a evoluir para uma recuperação judicial.

Em nota enviada à reportagem via assessoria de imprensa, a Light afirma que a negociação judicial reivindicada está prevista no Código de Processo Civil Brasileiro e que o uso do instrumento busca construir uma solução de longo prazo para a companhia.

“A Light tem o objetivo de garantir a preservação de suas operações, em especial a concessão de distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, através da suspensão temporária do pagamento de dívidas financeiras”, afirma o texto.

“O grupo entende que a mediação judicial é a forma mais justa e equitativa para tratar com todos esses credores por conta das características do seu endividamento, majoritariamente formado por debêntures e bonds, hoje nas mãos de fundos de investimentos e investidores pessoas físicas.”

Alexa Salomão/Folhapress



Substack lança concorrente do Twitter dias após entrar na mira de Elon Musk



A plataforma de newsletters Substack lançou na terça-feira (11) a ferramenta Notes, espaço de publicação de textos curtos semelhante ao Twitter.

O lançamento ocorre dias após a rede social de Elon Musk ter restringido tuítes relacionados ao Substack, movimento visto como uma punição à startup editorial, que havia recém-anunciado seu serviço concorrente.

O Notes permite que os usuários publiquem textos e que outras pessoas curtam, compartilhem ou respondam a eles. Na caixa de publicação, é possível editar os conteúdos em negrito, itálico e destacar aspas. O feed do Notes também lembra o do Twitter, com duas abas: “Home” e “Sub-

scribed”. Na aba “Home”, o usuário pode conferir textos de escritores que segue, além de outras recomendações desses autores. Na aba “Subscribed”, por sua vez, apenas os textos dos escritores seguidos são exibidos.

Em comunicado, o Substack disse que o Notes marca o próximo passo nos esforços da empresa em construir uma rede de assinaturas. “Notes é um projeto de longo prazo, e seu sucesso será determinado pela confiança dada por escritores e leitores ao longo dos anos. Não tomamos essa confiança como certa”. Na quinta (6), dia seguinte ao anúncio do Notes, o Twitter impediu que os escritores do Substack incluíssem tuítes em suas newsletters. Na sexta-feira (7), a rede social impediu que

as newsletters do Substack fossem compartilhadas. No domingo (9), o Substack informou que a supressão das publicações do Substack no Twitter parecia ter acabado.

A decisão do Twitter gerou reação inclusive de apoiadores de Elon Musk. Escritores que usam o Twitter e o Substack para distribuir seu trabalho disseram que a ação contradiz suas declarações sobre permitir a liberdade de expressão na rede social.

Os fundadores do Substack, Chris Best, Hamish McKenzie e Jairaj Sethi, disseram em comunicado que ficaram “desapontados” com a decisão da rede social de sufocar o engajamento com qualquer tuíte que apresentasse um link do Substack.

Gustavo Soares/Folhapress